

Emoções, Conflito e Organização dos Trabalhadores Rurais

Resenha do livro: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (2012) *Práticas instituintes e experiências autoritárias: o sindicalismo rural na Zona da Mata de Pernambuco, 1950-1974*. Rio de Janeiro: Garamond. 418 páginas.

Por Raoni Borges Barbosa
Universidad Federal de Paraíba, GREM, Brasil
raoniborgesb@gmail.com

Koury figura, atualmente, como uma autoridade na Antropologia e Sociologia das Emoções. Enquanto docente e pesquisador da Universidade Federal de Paraíba, Koury apresenta uma obra extensa e multifacetada, de grande impacto acadêmico. O Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções –GREM– e o Grupo Interdisciplinar de Estudos da Imagem –GREI– constituem seus nichos acadêmicos.

A obra em questão representa a cristalização de um esforço hercúleo na coleta e processamento de dados, de modo a cimentar uma análise pormenorizada que vai do micro ao marco e vice-versa sem jamais incorrer em generalizações e esquematizações exteriores e estruturantes do espaço societal. Trata-se da consequente construção da história social do processo organizacional dos movimentos sociais e do movimento sindical no Brasil, tendo por foco a Zona da Mata de Pernambuco.

Koury enfatiza, a partir de um olhar, ouvir e escrever disciplinado pelo uso aprofundado das Emoções como categoria de análise, o processo de violência direta ou indireta a que se encontra submetido o homem do campo e, em contrapartida, o

processo de resistência camponesa como reação ao primeiro, de modo a identificar e compreender os padrões de dominação e exploração social que caracterizam esse conflito em sua dinâmica cotidiana, estejam estes situados em uma dimensão política, econômica ou cultural.

O objetivo geral da obra é apreender as práticas instituintes dos movimentos camponeses, ou seja, Koury verticaliza a discussão em torno da gênese, do desenvolvimento e da institucionalização dos sindicatos rurais e do movimento das Ligas Camponesas, tendo a experiência da Zona da Mata Pernambucana por universo de pesquisa central e definidor da reflexão sociológica.

Ato contínuo, o autor conduz o esforço analítico para as experiências que estes atores coletivos acumularam em sua relação com o Estado autoritário que se alicerçava com o golpe militar de 1º de Abril. Experiências estas condensadas na noção, bastante em voga na época, de sindicalismo dos associados, mediante a qual uma estratégia de sobrevivência da representação camponesa no âmbito do regime de exceção era operada a partir da transformação do sindicato em uma instância assistenci-

alista para os associados em colaboração com o Estado autoritário.

A obra inteira é perpassada pelo esforço de captar o conflito inerente ao cotidiano dos camponeses em luta pela construção da cidadania para o homem do campo no âmbito de uma dinâmica configuracional. Neste sentido, as formas e concepções de resistência não são percebidas enquanto manifestações de uma oposição política preexistente, mas, ao contrário, como um espaço de afirmação e pertinência individual e coletiva que responde a uma situação de sujeição e opressão, de maneira que a inclusão social e a conquista paulatina de prerrogativas cidadãs se situam em uma esfera do socialmente possível.

Aqui transparece a filiação eliasiana do autor: a sociologia processual de Elias se impõe enquanto um dos pilares teórico-metodológicos da obra em questão a partir da noção de jogo como processo tenso e figuracional de possibilidades organizacionais ou de resistências, a partir das quais projetos individuais e coletivos afirmativos e caminhos institucionais se constroem, ou seja, a noção de jogo aponta para a natureza contingente e conflitual do espaço societal, no qual os atores sociais constroem e desconstroem cotidianamente suas identidades. No mesmo diapasão se apresenta o conceito de configuração social, definido como um sistema de interações dentro de um eixo espaço-temporal específico.

A sociologia compreensiva, o segundo pilar teórico-metodológico da obra, assume um papel destacado na argumentação de Koury mediante a aplicação do princípio metodológico weberiano, consoante o qual somente através do sentido atribuído e um eixo espaço-temporal específico se faz possível entender a dinâmica e o significado íntimo de uma rede social enquanto unidade para além de ações isoladas. Temos, assim, justificada a opção do autor pela história social enquanto método de pesquisa central. A proposta de Geertz de reconstruir a teia de significados possíveis para a compreensão do sentido da ação social aparece oportunamente ao lado dos postulados de Weber e Elias.

As noções de resistência camponesa, de formas cotidianas de resistência e de resistência simbólica confirmam a influência de autores como Scott, Thompson e Abu-Lughod, na obra. Koury pretende com estes conceitos alertar para a resistência política como uma construção social, pois aquele que resiste expressa uma visão política, ainda que desorganizada. Neste sentido, os acordos implícitos

e as redes sociais informais, bem como os fenômenos de autoajuda e de evitação do confronto direto com o patronato e com o Estado são identificados e compreendidos. A noção de resistência camponesa se faz deveras importante porque denota o imaginário político do movimento do homem do campo, que tem neste a representação de uma força política, sem que, contudo, alcance uma discussão mais ampla sobre o campesinato.

A Etnografia, argumenta Koury, se apresenta como o método mais adequado para a análise da resistência política e das interdependências entre teoria e análise empírica, pois que se trata de observar os atores sociais em suas lutas cotidianas, muitas vezes silenciadas, e em seus projetos individuais e coletivos imersos em tensões, contradições e negociações complexos e ramificados em redes de significação.

De fato, a obra se caracteriza por uma metodologia qualitativa e etnográfica. Koury lança mão das mais variadas ferramentas de pesquisa: levantamento e mapeamento documental, histórias de vida, história oral, observação participante, entrevistas, conversas informais, biografias, diário ou arquivo pessoal de informantes, leitura acadêmica e militante, dados de resultados de outras pesquisas, diário de campo, e elaboração de um extenso fichário temático a partir de sínteses e recortes específicos de documentos.

Estas ferramentas possibilitaram ao autor o entendimento da dinâmica configuracional na qual se movimentava o homem do campo e que conformava o *barril de pólvora* que era a Zona da Mata Pernambucana de então. Tal se dá, mais concretamente, a partir da construção de cenários interpretativos mediante a observação dos campos discursivos e de representação, bem como das tensões entre as subjetividades em jogo comunicacional; do acesso à memória dos camponeses, do patronato e do Estado autoritário; e da análise do processo político, social, cultural e econômico do Brasil e das interrelações no plano internacional, regional e local que ora se desdobravam.

Em consonância com o objetivo geral da obra e com a metodologia aplicada à pesquisa, Koury se propôs à persecução de três objetivos específicos.

O primeiro deles é o de compreender a resistência cotidiana dos trabalhadores rurais e o processo de formação do movimento sindical rural, ou seja, a construção da cidadania a partir da luta pela terra e pelos direitos sociais e trabalhistas

conduzidas pelas Ligas Camponesas e pelo movimento pró-sindicalização. Para tanto, o autor opera com a noção de identidade ampla do trabalhador rural na categoria política *camponês*, de modo a integrar neste conceito toda a massa de assalariados que vivia no campo. Koury afirma que a política de sobrevivência dos sindicatos, pautada na defesa dos direitos trabalhistas dos associados dentro de parâmetros estritamente legais, no assistencialismo e no trabalho de mediação com os interesses do Estado, não significou o abandono da luta pela construção da cidadania do homem do campo. Neste sentido cabe analisar as oposições sindicais enquanto esforço para romper às limitações da política sindical impostas pelo Estado autoritário.

O esforço de perceber a dinâmica política dos partidos de esquerda envolvidos na prática organizacional do homem do campo e as relações dos mesmos com forças institucionais do Estado e da Igreja constitui o segundo objetivo específico da obra. Trata-se de observar e entender, de uma perspectiva exterior aos sindicatos, a sua gênese, desenvolvimento e institucionalização e as relações dos mesmos com o Estado autoritário, enquanto redes políticas, sociais e econômicas em movimento.

Tal ocorre em um contexto geral de modernização brasileira, em que o debate político e cultural em torno do controle social, principalmente estatal, do movimento das Ligas Camponesas, seja mediante sua extinção ou esvaziamento, é interrompido pelo Golpe de 64.

O terceiro objetivo específico é o de compreender, por um lado, as relações do sindicalismo rural com o Estado autoritário nos anos de 1964 a 1974, bem como a participação da Igreja Católica e de institutos políticos em colaboração com o regime de exceção no debate político sobre o papel do sindicato, sobre a modernização agrária e sobre a inclusão cidadã do homem do campo. Por outro lado, objetiva-se compreender como as forças políticas abrigadas no movimento sindical reagiram a esta repressão política.

Koury trabalha, ao longo da obra, três hipóteses, em paralelo aos três objetivos específicos acima mencionados. A primeira é a de que o movimento camponês pela cidadania problematizou o debate em torno da modernização das relações sociais no campo e da inclusão social no sentido de conceber uma solução para tal impasse mediante a sindicalização. Este debate perpassa toda a década de 50 e se expande até o golpe de 64, quando as Ligas Camponesas são extintas e as forças de esquer-

da no movimento sindical reprimidas. O Estado autoritário, então, hegemoniza seu discurso sobre a institucionalização dos sindicatos rurais.

A segunda hipótese diz que no pós-64, sobretudo entre 1968 e 1974, o sindicalismo rural se encontrava dividido entre ser um órgão de controle sob a tutela do Estado e ser um espaço autônomo de representação dos trabalhadores. Neste sentido se compreende, em 1968, no âmbito de uma política assistencialista e de institucionalização sindical rural por parte do Estado autoritário a implementação da Previdência Rural.

A terceira hipótese aventada por Koury é a de que a noção de sindicato dos associados, pautado no assistencialismo, sofreu, constantemente, a resistência camponesa que ansiava por uma representação política autêntica e combativa.

A estrutura da obra, disposta em três grandes momentos, por sua vez subdivididos em dois capítulos, cada um, se alinha aos objetivos específicos e às hipóteses postuladas, também em número de três.

A primeira parte da obra, *O processo de formação do sindicalismo rural (1950-1962)*, discorre sobre a gênese dos movimentos sociais no campo em luta pela cidadania camponesa, bem como sobre a conseqüente mobilização para a desarticulação de seu potencial reformista mediante a estratégia de institucionalização do movimento camponês. Koury apresenta, então, os cenários e os principais fatores sociais, políticos e econômicos que levaram o Nordeste, em especial Pernambuco, a se transformar em uma área de tensão social e ameaça à paz e à segurança internacional.

Em *O processo de expansão do sindicalismo rural*, fenômeno que se estende de 1960 a 1964, o autor debate os confrontos entre as alas conservadora e progressista da Igreja Católica e com o Partido Comunista pelo controle do movimento sindical rural. Aborda, ainda, a reação ideológica e política da patronal, durante o governo Arraes, em Pernambuco, ao processo de expansão e fortalecimento político das Ligas Camponesas e do Movimento sindical.

Em *O processo de institucionalização: o sindicalismo rural em face do Estado autoritário (1964-1974)*, Koury trata da relação entre sindicalismo rural e Estado autoritário, com ênfase no processo de desarticulação dos movimentos sociais e dos sindicatos rurais, com a conseqüente instauração de práticas interventivas e a consolidação de

um cotidiano de medos e conformidade, mas também de resistências, no qual a interação entre sindicatos, Igreja e Estado autoritário se dava de forma contraditória e ambígua. Neste sentido é colocada a resistência cotidiana, mesmo invisível, e a luta por um sindicato dos trabalhadores, em detrimento da noção de sindicato dos associados e do assistencialismo do Estado autoritário.

Em suas considerações finais, Koury conduz uma revisão de todo o conteúdo do trabalho, a partir do que discute as categorias do legal e do legítimo como formas de controle social, mas também

como estratégias de superação de mecanismos de opressão. Conclui, então, que a legalidade, como instrumento de representação e de cooperação com o poder instituído, abriu, na experiência do movimento camponês com o Estado autoritário, possibilidades para a percepção e construção do legítimo de acordo com dispositivos legais. Este, por sua vez, constitui o gérmen de um novo sindicalismo que desponta com o recrudescimento do regime de exceção e com a consequente reabertura democrática.

Citado.

BORGES BARBOSA, Raoni (2012) “Emoções, Conflito e Organização dos Trabalhadores Rurais” en: *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad - RELACES*. Nº10. Año 4. Diciembre 2012-marzo de 2013. Córdoba. ISSN: 1852.8759. pp. 114-117. Disponible en: <http://www.relaces.com.ar/index.php/relaces/article/view/215>

Plazos.

Recibido: 10/11/2012. Aceptado: 22/11/2012.